

**TERMO ADITIVO / PR - 001/ 2005 AO
CONTRATO CT-PROINFA/BIOMASSA-
016/2004 CELEBRADO ENTRE CENTRAIS
ELÉTRICAS BRASILEIRAS -
ELETROBRÁS E COCAL COMÉRCIO E
INDÚSTRIA CANAÃ AÇÚCAR E ALCOOL
LTDA. (PRODUTOR INDEPENDENTE
AUTÔNOMO)**



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **COCAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA CANAÃ AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Parque Industrial Dr. Camilo Calazans de Magalhães s/n, na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 44.373.108/0001-03 e no Cadastro Fiscal do Estado de São Paulo sob o n.º 503007428110, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO QUE :

I – A ELETROBRÁS, através da resolução RES-184/2004 da Diretoria Executiva, de 31 de março de 2004, e da Deliberação do Conselho de Administração DEL-038/2004, de 12 de maio de 2004, aprovou os modelos de contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE, a serem celebrados pela ELETROBRÁS com os participantes da 1ª Etapa do PROINFA;

II – Em 11 de agosto de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/BIOMASSA-016/2004, empreendimento Central Termelétrica a Biomassa Canaã, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 009, de 13 de janeiro de 2005;



III – O modelo deste termo aditivo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 978/2005, de 25 de outubro de 2005;

IV – A ELETROBRÁS está autorizada, pela Portaria do MME nº 452 de 28 de setembro de 2005, a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica para até 30 de dezembro de 2008, desde que observadas as características e peculiaridades de cada um dos contratos e sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários;

V – O PRODUTOR informou a ELETROBRÁS a nova DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, através de proposta de cronograma para aditivo contratual, aprovada pela ELETROBRÁS e protocolada na ANEEL;

VI – A DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL deve ser a data prevista para o início de funcionamento da última unidade geradora;

As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira :

As Cláusulas do CONTRATO, passam a vigorar com a seguinte redação:

- I. **“CLÁUSULA 1ª – (...)**
19) **“DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL”:** 30 de abril de 2006, informado pelo PRODUTOR; (...)”
- II. **“CLÁUSULA 5ª – O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 29 de abril de 2026, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL. (...)”**
- III. **“CLÁUSULA 16 – (...)**
c)atraso na DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL; (...)”



IV. "CLÁUSULA 17 – (...)"

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 90 (noventa) dias, o PRODUTOR deverá pagar à ELETROBRÁS a partir do 91º dia, a título de multa, por cada dia de atraso, 1/275 (um duzentos e setenta e cinco avos) do valor anual do CONTRATO correspondente à ENERGIA CONTRATADA, definida na CLÁUSULA 8ª do CONTRATO, valorada pelo preço definido na CLÁUSULA 10, reajustado conforme estabelecido na CLÁUSULA 12. (...)

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, além da multa prevista no PARÁGRAFO TERCEIRO desta CLÁUSULA, o PRODUTOR está sujeito à rescisão contratual e à penalidade prevista na CLÁUSULA 16, PARÁGRAFO QUINTO do CONTRATO CT-PROINFA/BIOMASSA-016/2004.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o atraso da DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL em relação à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL for devido a condições impostas no PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, o PRODUTOR não se sujeitará à aplicação das penalidades descritas nos PARÁGRAFOS desta CLÁUSULA. "

V. "CLÁUSULA 22

b) assinar o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, com o ONS e/ou o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO com a CONCESSIONÁRIA ou PERMISSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, respeitando os prazos definidos na CLÁUSULA 16, alínea "p"; (...)

Cláusula Segunda:

O PRODUTOR deverá apresentar em até 90 dias após a assinatura deste termo aditivo, os seguintes documentos integrantes dos anexos estabelecidos na CLÁUSULA 2ª do CONTRATO CT-PROINFA/BIOMASSA-016/2004:

a) Ato Autorizativo expedido pela ANEEL com o novo cronograma já anteriormente aprovado pela ELETROBRÁS e protocolado na ANEEL;

b) CUST e/ou CUSD com as devidas alterações com referência à DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL da usina.

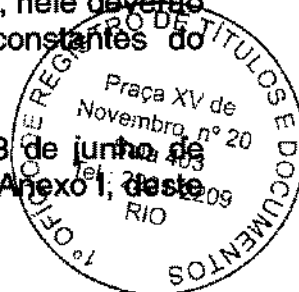


Cláusula Terceira:

A fim de garantir o pagamento da multa prevista no parágrafo terceiro da CLÁUSULA 17, o PRODUTOR vincula e cede em garantia, em favor da ELETROBRÁS, em caráter irrevogável e irretratável, com validade até a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL do empreendimento, no montante de 5% do valor total do CONTRATO, uma das seguintes garantias:

I – Fiança bancária, preferencialmente conforme “Modelo A” do Anexo I deste termo aditivo; caso seja utilizado modelo padronizado pelo Banco, nele deverão ser inseridas, preferencialmente, as condições e determinações constantes do “Modelo A”, do Anexo I deste termo aditivo;

II – Seguro garantia, conforme a Circular SUSEP N° 232, de 3 de junho de 2003, observadas as informações explicitadas no “Modelo B”, do Anexo I, deste termo aditivo.



Parágrafo Primeiro – O PRODUTOR deverá, no prazo de 180 dias, contados a partir da assinatura deste termo aditivo, prestar a garantia mencionada nos itens I ou II desta cláusula, sob pena de perda da eficácia deste termo aditivo.

Parágrafo Segundo – Se o empreendimento entrar em operação comercial na DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a ELETROBRÁS liberará a totalidade da garantia real prevista no *caput* desta cláusula. Caso ocorra atraso, a Eletrobrás liberará apenas a parte não executada da garantia, de acordo com o PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA 17.

Cláusula Quarta:

É também parte integrante deste termo aditivo, constituindo um todo único e indissociável, a proposta de cronograma para aditivo contratual aprovada pela ELETROBRÁS.

Parágrafo primeiro - O não cumprimento dos itens previstos na proposta de cronograma para aditivo contratual acima mencionada resultará em notificação ao PRODUTOR.

Cláusula Quinta:

Ficam excluídos do CONTRATO o parágrafo sétimo da CLÁUSULA 17 e a CLÁUSULA 29, devendo ser feita, se necessário, a respectiva correção na numeração do instrumento contratual.



Cláusula Sexta:


As partes, desde já, ratificam todos os termos e condições do contrato não expressamente modificados pelo presente termo aditivo ou que com ele conflitem. Este termo aditivo constitui parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente termo aditivo em 8 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.



Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2005.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS


ALOISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS
Presidente

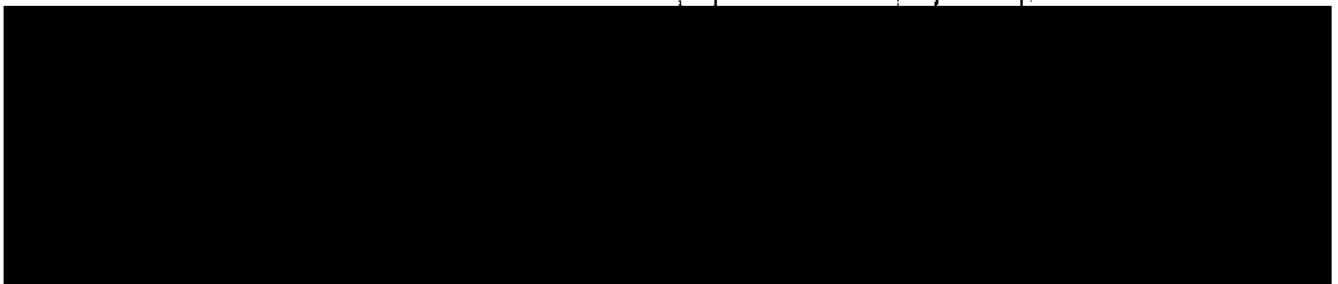

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Diretor de Engenharia

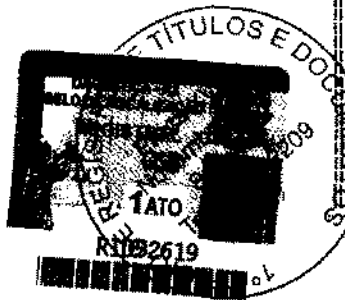
COCAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA CANAÃ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.



TONIE HULME DECCACHE
Procurador

TESTEMUNHAS





OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CO-ROM SOB O No.

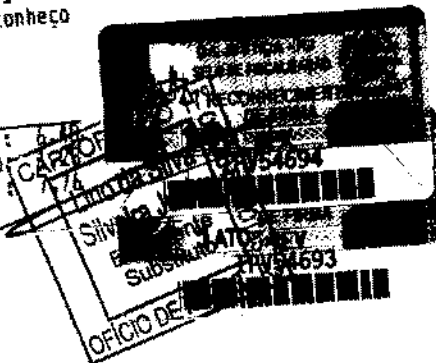
1583264

Rio de Janeiro 09/02/2006

[] - Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[] - Geraldo L. Miranda B. Jr.
ICTPS 768856/022 - 10.0f. Subst.
[] - Carlos de Souza
ICTPS 78596/095 - 20.0f. Subst.
[] - Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 30.0f. Subst.
[] - Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 40.0f. Subst.

ENCOLMENTOS E TAXAS R\$ 120,03

172 OFÍCIO DE NOTAS -- Reso. 87 Exp.: Abilio Vieira Gomes
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro, 3806-1006. Reconheço
por semelhança as firmas de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA e
ALDISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS
Cod: 0760C52EE4F2
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2006. Leno - por:
da verdade. Serventia
Em testemunho 20% P. Judiciário
Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total



49 RCPN e Tabelionato da Capital - Tabelião: Priscilla Machado Soares Nilsson
Rua do Catete, 174 - Catete - RJ - CEP 22220-000 Tel.: 2554-5113
Reconheço, por semelhança, a firma de: TONIE HULNE DE CCACHE.
Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2006.
Em Teste da verdade. Cod: [2006402246534900634005]

WESLEY DE OLIVEIRA MARQUES - ESCRIVÃO AUTORIZADO
Válido somente com selo de autenticidade! Qtd 1: R\$ 3,80

